AS GUERRAS DE REAGAN: ascensão do conservadorismo e os desdobramentos da política externa dos EUA na Era Reagan (1981-1989)

Rodrigo Candido da Silva
Professor Colaborador - UNIOESTE

RESUMO: O presente artigo visa realizar uma discussão acerca da ascensão conservadora nos EUA, entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980, que culmina na *Era Reagan.* Desse modo pretende-se discutir sobre os desdobramentos de tais perspectivas na política externa do governo de Ronald Reagan, nos EUA (1981–1989), buscando assim, um enfoque nas perspectivas militaristas e intervencionistas que pautam a doutrina Reagan e no acirramento das disputas com a URSS. Além disso, procuramos enfatizar as contradições de sua postura e seu posicionamento político com a prática política no âmbito doméstico e das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Reagan, Política Externa, EUA.

ABSTRACT: The present paper aims to do a discussion about the conservative rise in the U.S., between the late 1970s and the early 1980s, culminating in the Reagan Era. So, it is intended to discuss the ramifications of such perspectives in foreign policy of Reagan administration in the USA (1981-1989), seeking, this way, a focus on militaristic and interventionist perspectives that guide the Reagan doctrine and in the intensification of the disputes with USSR. Furthermore we seek to emphasize the contradictions of its attitude and its political position with the political practice in the domestic scope and International Relations.

KEYWORDS: Reagan, Foreign Policy, USA.

1. Introdução – A ascensão do *Reaganismo* na política estadunidense

A década de 1980 contempla um momento chave para entendermos a política estadunidense desde então. A ascensão de forças políticas conservadoras – ou neoconservadoras – consolida sua hegemonia com a conquista de uma maioria no Congresso dos EUA em 1978 e, principalmente, com a eleição do republicano Ronald Reagan, em 1980, como presidente da república. Esse fato é um marco no que diz respeito ao conservadorismo nos EUA, já que o discurso conservador daquele momento difundiu-se na sociedade estadunidense e fortaleceu uma direita, que manteve até os dias de hoje grande parte do corpo de ideias e das propostas de Reagan, compartilhadas por vários segmentos da sociedade dos EUA, incluindo

alguns veículos da mídia e estúdios Hollywoodianos.

Devemos levar em conta que para analisar esse período é importante compreender a correlação que se dá entre a esfera das políticas domésticas e o campo das relações internacionais. Nesse sentido, partimos da ideia de que ambas as situações dialogam, pois assuntos domésticos e externos estão conectados, no jogo político.

Visto que as relações capitalistas possuem um caráter global, elas permeiam as decisões nos contextos internos, originando uma unidade: o "Sistema-mundo", a partir do qual Thomas McCormick (1995) realiza sua análise. Nela, o autor enfatiza as políticas estadunidenses[1] em um contexto mundial; levando sempre em conta uma realidade complexa do sistema capitalista, interligando as economias centrais e as periféricas, ligando o globo em uma complexa teia corporativa. Dessa forma, interligamos não apenas as questões domésticas e internacionais, mas também (e não desconectadas destes dois planos) a dos debates acerca de questões militares, políticas e econômicas, também ligadas entre si.

Em síntese, naquele cenário complexo em que os EUA experimentavam uma situação difícil, quer no campo doméstico, quer no das relações internacionais, Reagan (e a ala conservadora do Partido Republicano) se propõe como a solução para os problemas do país, que não eram poucos. Essa nova onda conservadora possuía um discurso voltado para o estrato social, símbolo do *"American Way of Life"*, a classe média suburbana estadunidense, de valores cristãos e fortes hábitos consumistas.

A perspectiva política conservadora sempre foi muito forte nos EUA, defendendo políticas de intervenção em outros países, belicismo e valores morais cristãos bem sedimentados. Todavia, em meados da década de 1970, os conservadores, principalmente os do Partido Republicano, perderam parte de sua força política, devido a momentos espinhosos, representados pelo fracasso militar do país: a retirada, e consequente derrota, dos estadunidenses na Guerra do Vietnã[2]. Em

[1] A Teoria do Sistema-mundo foi elaborada pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. Thomas McCormick é adepto de suas ideias.

[2] Cabe lembrar que a Guerra do Vietnã, assim como a própria Guerra Fria como um todo, não era defendida apenas pelo Partido Republicano, mas também pelo partido democrata na maior parte do tempo. O que faz o fracasso no conflito influenciar essa curta retração no conservadorismo é o apoio irrestrito que os conservadores deram à guerra e a demora do governo de Richard Nixon em conseguir organizar uma retirada das tropas. Insistindo, no início de seu governo, no aumento das proporções da guerra como forma de liquidar os vietnamitas.

adição, pode-se acrescentar a irrupção do grande escândalo político – o Watergate, que provocou a renúncia do republicano Nixon. Por fim, havia o abismo econômico vivido pelos EUA, causado pela alta do preço do petróleo, o enfraquecimento da indústria estadunidense e do seu potencial competitivo frente a outras nações desenvolvidas.

Reagan representou a reconquista do poder pelos republicanos, que estavam acanhados politicamente após o desfecho do conflito no Vietnã e a queda de Nixon, porém, sem deixarem de realizar oposição ao diplomático e comedido democrata Jimmy Carter, que já em 1978 perdeu terreno no Senado para uma maioria republicana. Desse modo, a vitória de Reagan concretiza a hegemonia conservadora e o retorno ao poder de setores de direita nos EUA, que buscavam retomar, às vezes de forma intransigente, seus ideais militaristas.

Não podemos cair no erro de tratar Reagan como o único responsável por essa guinada. Ele pertenceu a um contexto e não estava sozinho, representava um corpo de ideias de seu partido e de setores conservadores da sociedade. Além disso, é cabível observar que a sua escalada ao poder foi facilitada pela popularidade reduzida de seu oponente: Jimmy Carter, que sinalizou algumas alterações na política externa, ainda no fim de seu governo (1978 – 1979). Entretanto, Reagan se tornou o principal representante dessa empreitada republicana; o símbolo estadunidense dessa renovação conservadora, que perpassou os campos político, econômico, social e – com grande ênfase - o militar. Ressalte-se que Reagan promoveu o incremento do orçamento desse último e pôs fim à "détente", dando início à "Nova Guerra Fria".[3]

No âmbito político, sua imagem reforçava um pragmatismo, explorado como forma de ganhar um apelo popular e alcançar soluções imediatas para as crises existentes nos EUA.

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1980, Reagan se beneficiou dos problemas da administração Carter. Os republicanos consideravam a política externa de Carter bastante fraca para uma nação com o poderio dos EUA. Ele recebeu intensas críticas internas por priorizar a defesa dos direitos humanos e foi

[3] A retomada conservadora e acirramento da Guerra Fria foram favorecidos por um contexto internacional, haja vista a chegada ao poder de Margareth Thatcher ao posto de primeira ministra britânica, em 1979, dois anos antes de Ronald Reagan. Ambos são exemplos da ascensão de uma política econômica que trazia de volta um discurso de defesa do livre mercado e da desregulamentação da economia: o liberalismo econômico, chamado, a partir de então, de neoliberalismo. Essa perspectiva era defendida principalmente por esse setor conservador dos EUA, apontado como Nova Direita ou neoconservador.

contestado, inclusive dentro do próprio Partido Democrata, por políticos com inclinação conservadora (LAFEBER, 1994). Seus opositores defendiam uma política mais ofensiva no que diz respeito aos interesses dos EUA no mundo. Em geral a elite conservadora estadunidense via na administração Jimmy Carter um recuo diplomático, com a defesa dos direitos humanos e a política de reduzir a intervenção em assuntos internos de outros países (VIZENTINI, 2004).

Reagan se colocava como a antítese de Carter, enquanto este se preocupava em avaliar profundamente as questões e, de acordo com Walter LaFeber (1994), se empenhar com afinco para compreender as complexas situações antes de tomar uma decisão, Reagan era bem mais simplista e era um homem de ação, mesmo que isso trouxesse o custo de decisões precipitadas. Isso era parte da personalidade de Reagan:

> Muitos observadores consideravam Reagan perigoso. Ele conhecia pouco sobre política externa e era visto como preguiçoso e muito confuso... Ele tinha pouca curiosidade ou, aparentemente, pouco interesse em se aprofundar em detalhes. O respeitado jornalista Lou Cannon, que seguiu Reagan desde os anos 1960, escreveu que ninguém se lembrava de quando o presidente havia lido o último livro. (LAFEBER, 1994: 703) [4]

Todavia, os republicanos souberam explorar suas características para chegar ao poder. Seu caráter objetivo e determinado, enfatizando a necessidade de um presidente com "força" suficiente para levar os EUA de volta ao seu papel de liderança, o conduziu à Casa Branca. LaFeber argumenta que Reagan tinha um talento para se manter firme em suas convicções e determinação para fazer os estadunidenses acreditarem nelas (LAFEBER, 1994).

Dessa forma, ele venceu as eleições presidenciais de 1980, e em 1981 assumiu a presidência dos EUA com grande popularidade, pautada, principalmente, na sua promessa de reerguer a confiança dos cidadãos estadunidenses no governo. A eleição de Reagan demonstrou que a população assimilou o discurso do republicano, de que o país deveria ter um presidente que ocupasse uma posição de liderança e de chefia para enfrentar de forma consistente os problemas existentes.

[4]Tradução livre do autor: "Many observers considered Reagan dangerous. He knew little about foreign policy and seemed lazy and easily confused... He had little curiosity or apparently little interest in mastering details. The respected journalist, Lou Cannon, who had followed Reagan since the 1960s, wrote that no one could recall when the president had last read a book".

No entanto, os problemas do país não eram poucos e nem sempre as convicções de Reagan e o pragmatismo republicano ajudavam na resolução deles, ao contrário, muitas vezes suas ações os agravaram. Isso ocorreu tanto em questões domésticas – como foi o caso dos problemas econômicos em relação aos altos gastos militares – e na política externa aplicada em seu governo, explicitada, por exemplo, na sua insistência em manter o auxílio aos CONTRAS, na Nicarágua. Essa conduta levou a gastos exorbitantes, além de gerar certa instabilidade política interna com o escândalo Irã-CONTRAS (questões que doravante serão debatidas com maior detalhamento).

2. EUA e o conturbado contexto na virada da década (1970-80)

Quando Reagan assumiu a presidência, um dos grandes dilemas internos no país era o passado recente no Vietnã. Um problema de caráter militar, mas com efeitos bastante difusos na sociedade estadunidense. De meados da década de 1960 até o início da década de 1970, o país enviou cada vez mais soldados para combater no Vietnã, chegando a manter, no ápice do processo, pouco mais de 500 mil homens em território vietnamita e adjacências.

Após consecutivas derrotas, forte pressão política interna e externa, milhares de estadunidenses mortos e uma economia bastante afetada pelos gastos militares, os EUA passam a realizar uma retirada gradual de tropas no início dos anos 1970, sendo marcada por sucessivos acordos de paz e impasses. Ao fim da guerra, em 1975, os EUA estavam sem a vitória e com um sentimento de decepção e vergonha nacional.

Após a retirada das tropas, os problemas relacionados à guerra continuaram. Os EUA viveram a chamada “Síndrome do Vietnã”, um trauma militar que influenciou a confiança da população na política externa do país. A lembrança da derrota era amarga para os estadunidenses, e no debate da opinião pública evitava-se tocar no assunto, para não se defrontar com essa questão. O tema “Vietnã” tornou-se uma espécie de “tabu” na sociedade e na mídia. Apesar de, em fins dos anos 1970, haverem alguns debates sobre o assunto, é na década de 1980 que ele volta à tona e a sociedade passa a discuti-lo mais amplamente.

Além dos soldados que morreram no conflito, os EUA ganharam um novo problema: os veteranos de guerra marginalizados, muitos sem condições físicas ou

psicológicas de levar uma vida normal. Assim, eles passaram a ser vistos como responsáveis pela derrota do país na guerra, pois eram considerados fracos e incapazes de combater um inimigo desprezado pelos EUA. O poder público, por sua vez, não foi capaz de prestar os auxílios suficientes aos veteranos. Vários deles não se ajustaram à sociedade, após o retorno ao solo estadunidense, ou voltaram ao país com dependência de drogas, que eram amplamente consumidas pelos combatentes em guerra (AGOSTINO, 2004).

Além desse problema social, a Guerra do Vietnã deixou uma marca no sentimento patriótico do país, que se refletiu em sua postura diplomática no cenário internacional. Na gestão de Jimmy Carter, Washington optou por uma política externa menos agressiva, buscando diminuir as intervenções em assuntos internos de outros países, em relação ao período precedente. É claro que não podemos atribuir esse recuo diplomático somente ao Vietnã, muito se deve à postura mais comedida de Carter em relação à política externa, destacando principalmente sua atuação em defesa dos direitos humanos.

Entretanto, em outro parâmetro, Noam Chomsky (2003) discorda da perspectiva na qual Jimmy Carter haveria adotado uma postura moderada e de defesa dos direitos humanos em seu governo. Para ele – que escreve ainda em 1982, ou seja, em meio à ascensão dessa *Nova Guerra Fria* – tal posicionamento se deu em consequência da política da “détente", que impõe certo apaziguamento nas tensões entre URSS e EUA. Entretanto, tal política é colocada de lado, após os EUA perderem espaço econômico e diplomático para países da Europa e para o Japão (CHOMSKY, 2003). Esse cenário, teria impulsionado os EUA a retomar uma política militarizante e intervencionista ainda no governo Carter, conforme aponta:

> No fim de 1978 - muito antes da invasão russa no Afeganistão ou da tomada de reféns americanos no Irã –, o presidente Carter declarava que “nosso objetivo (...) é aumentar concretamente o nível de gastos de defesa”[...]. Em novembro de 1978, o *New York Times* informava que “fontes do governo informam que o Departamento de defesa ficou particularmente satisfeito porque Carter decidiu cortar cerca de 15 bilhões de dólares do crescimento esperado de uma série de programas sociais e internos” , ao mesmo tempo aumentando em 12 bilhões de dólares os gastos militares. (CHOMSKY, 2003: 318-319).

Entretanto, Reagan institucionaliza e expande essa *Nova Guerra Fria*

(VIZENTINI, 2004), que reaviva o discurso acerca da ameaça do inimigo comunista, da necessidade de se impor uma política belicista, e principalmente, no que interessa diretamente ao presente artigo, a difusão de valores baseados no reforço de uma identidade nacional, no discurso individualizante do sucesso profissional, na preponderância da estrutura familiar, na propriedade privada e no consumo. Essa nova onda conservadora possuía um discurso voltado para o estrato social, símbolo do *American Way of Life*, a classe média suburbana estadunidense, de valores cristãos e fortes hábitos consumistas (JORDAN, 2003).

Flávio Combat (2007) também aponta para uma perda de terreno dos EUA em relação aos países europeus e o Japão, no campo econômico. Para o autor, grande parte do crescimento desses países se fundamentava em uma política de financiamentos realizados pelos EUA. A imersão do país na Guerra do Vietnã, com grandes gastos militares, promoveu a saturação desse sistema de financiamento, que gerou uma desvalorização do dólar.

Podemos dizer que, de certa forma, os estadunidenses passavam por um momento de desconfiança e insegurança quanto às respostas que o país dava aos problemas; a opinião pública considerava que o país não fazia valer sua posição de potência frente às forças internacionais. O caminho escolhido pela população para a saída dessa situação traria em seu bojo, além da retomada do entusiasmo nacional e do retorno dos EUA à dianteira das relações diplomáticas, com ênfase nas políticas belicistas, a volta das disputas da Guerra Fria.

3. **Diplomacia de Chumbo: a política externa estadunidense na Era Reagan.**

A política externa sempre teve um peso enorme no governo Reagan, tendo visto que as principais decisões políticas do mesmo geralmente se relacionaram com questões da esfera das relações internacionais.

Walter LaFeber (1994) afirma que a política externa dos EUA era sustentada por quatro pilares centrais: a extensão dos poderes presidenciais de Reagan, o anticomunismo, a diferenciação entre Autoritarismo e Totalitarismo e a militarização da política e da economia, questão também destacada por Thomas McCormick (1995: 216).

Alguns destes princípios não se concentram em bases puramente estratégicas ou friamente racionais, mas em crenças ou ideologias que embasavam o pensamento do presidente Reagan. Esse ideário se faz presente na cultura política de boa parte dos estadunidenses, em especial a este setor conservador da sociedade (LAFEBER, 1994: 704). Ao compreender essas ideias e a sua difusão na sociedade poderemos obter os subsídios indispensáveis para identificar a origem e a insistência do presidente Reagan em determinadas questões, como as atuações militares na América Latina e no Oriente Médio e o projeto SDI (Strategic Defense Initiative), conhecido como *Star Wars*.

Os quatro pilares da política externa, apontados por LaFeber (1994), podem ser associados às questões internas dos EUA. Principalmente, no que diz respeito à extensão dos poderes presidenciais - que fez Reagan pressionar o Congresso e, muitas vezes, passar por cima de regras e esferas de decisão domésticas – e à militarização que, como veremos mais adiante, trouxe graves consequências financeiras para a economia estadunidense.

De acordo com LaFeber, o primeiro pilar da política externa de Reagan dispõe sobre uma extensão de seus poderes ao máximo, militarizando o discurso político e pressionando o fragmentado Congresso, em especial a oposição, a apoiar suas ações militares, muitas vezes contra a opinião pública. Reagan utilizou táticas para intimidar o congresso, já que, conforme aponta o autor, sua fragmentação contribuía para que muitos ficassem com medo de serem apontados como vilões da nação, caso suas políticas oposicionistas falhassem.[5]

O segundo pilar refere-se a um tradicional elemento da política estadunidense durante a Guerra Fria, o anticomunismo que, com Reagan, se fortaleceu e somou-se como um componente fundamental da "Nova Guerra Fria" e às disputas subjacentes a ela. O anticomunismo teve seu ápice nos anos mais acirrados da Guerra Fria (especialmente na década de 1950), tendo como exemplo maior o Macarthismo.[6] Esse

[5] Em questões como a Irã-CONTRAS (que analisaremos mais a frente), a administração Reagan utilizou seus poderes de forma arbitrária, quando passou por cima de todas as esferas de decisão e fiscalização para realizar uma venda secreta de armamentos para o Irã, utilizando o dinheiro da venda para financiar o grupo paramilitar CONTRAS, na Guatemala, com o objetivo de derrubar o governo local.

[6] Também conhecido como o período de "Caça às Bruxas", que teve como principal característica a criação de comitês parlamentares de investigação de atividades subversivas, como foi o caso do *Permanent Investigating Subcommittee of the Government Operations Committee,* presidido pelo senador republicano Joseph Raymond McCarthy. Este contexto é marcado pela intolerância aos comunistas e a qualquer perspectiva que pudesse ser considerada de esquerda, mesmo que remotamente (VALIM & MUNHOZ, 2004).

componente nunca deixou de existir nas esferas políticas dos EUA, porém, durante o período da *"coexistência pacífica*" foi menos utilizado pelo governo em pressões e manobras a favor de ações militares e políticas estadunidenses.

O anticomunismo era uma característica forte da personalidade de Reagan, conforme já observamos, ele sempre esteve bastante presente em seus discursos e decisões. Em suas declarações, Reagan repudiava a URSS e a qualificava como o "Império do Mal" [7]. Essa característica pautou suas políticas militares em relação à URSS. Seu argumento para a implantação de seus projetos armamentistas e intervenções em países periféricos era o da necessidade de combate a esse "império".

Um conceito bastante contraditório, porém, de grande utilidade para a política externa de Reagan foi o da diferenciação entre "autoritarismo" e "totalitarismo"; tal diferenciação consiste o terceiro pilar para essa política (LAFEBER, 1994) e foi elaborada por Jeane J. Kirkpatrick, uma intelectual conservadora, designada embaixadora dos EUA na ONU em 1981.

Para Kirkpatrick, os Estados autoritários, apesar de suprimirem a liberdade da população na área política, eram abertos aos regimes democráticos, suportavam os EUA e mantinham-se abertos aos investimentos estrangeiros. Por isso não haveria problema em se conservar boas relações com países como África do Sul, cujo regime do "Apartheid" impedia os negros de terem acesso a direitos básicos, bem como Filipinas e Argentina, governados por regimes ditatoriais.

Dentro desse corpo de ideias, o conceito de "totalitarismo" se aplicava aos países que não demonstravam possibilidade de se convergirem para a democracia estadunidense, eram hostis aos princípios do capitalismo e se opunham aos interesses dos EUA, como a URSS, China e países periféricos que possuíssem governos esquerdistas. Em suma, essa conceituação permitia a Reagan aceitar as ditaduras de direita e combater as de esquerda (LAFEBER, 1994: 706).

Esse conceito apresentou problemas, quando a "autoritária" Argentina atacou as ilhas Malvinas, território pertencente a um grande aliado democrático dos EUA, a Inglaterra (LAFEBER, 1994). Logo, os EUA se viram obrigados a tomar partido contra uma ditadura direitista.

[7] Como Reagan chamava os países de regime de esquerda, supondo serem todos controlados pela URSS.

O quarto e ultimo pilar da política externa do governo de Reagan possui grande destaque no período trabalhado: a massiva militarização, que fez disparar os gastos militares do governo. Os investimentos nesse setor sofreram um incremento de cerca de 40%, saltando de US$ 1,1 trilhão ao final da administração Carter para US$ 1,5 trilhão, apenas cinco anos depois, o que representou um aumento nos gastos militares da ordem de US$ 400 bilhões.

A atuação dos EUA, no que diz respeito às tensões em países periféricos, demonstra o enfoque militarista do governo Reagan, que fez do combate aos governos tachados de *esquerdistas* ou *revolucionários* uma prática bastante contínua, além do intenso esforço militar para manter o controle de pontos estratégicos do oriente médio e Ásia Central. Esta política é nítida ao observarmos a atuação dos EUA em relação aos conflitos israelense-palestino, ao Afeganistão, à Guerra Irã-Iraque, à Nicarágua e a El Salvador.

Esse aspecto militarista nos leva, quase automaticamente, a um debate acerca da Doutrina Reagan, ou seja, um princípio a partir do qual Reagan,o Pentágono e o Departamento de Estado pensaram suas políticas de Estado no campo militar e das Relações Internacionais. A Doutrina Reagan traz em seu bojo o objetivo de retomar as intervenções em países periféricos, em nome de um "universalismo democrático". Essa proposta não soa como uma novidade na história estadunidense, pois podemos encontrar as suas bases na doutrina do Destino Manifesto[8], ou, conforme LaFeber (1994), na revivificação de um ideal Wilsonista – baseado nas políticas do presidente Woodrow Wilson[9], que partiam do principio que supunha que o mundo poderia ser um lugar seguro para a democracia, por intermédio do envolvimento ativo dos estadunidenses, dentro e fora do território dos EUA.

Reagan incorporou essa perspectiva por meio de intervenções em países periféricos. A contradição de sua doutrina se faz presente justamente nos supracitados conceitos de "autoritarismo" e "totalitarismo". Afinal, o pressuposto de levar a

[8] A doutrina do Destino Manifesto está inserida em um aspecto da cultura política estadunidense desde fins do século XIX. Segundo este princípio, os EUA teriam uma missão, quase que divina, de difundir seus ideais de liberdade e democracia para o restante do mundo. Dessa forma os estadunidenses se apresentariam como uma espécie de povo eleito. Esta crença permeou inúmeras políticas de estado estadunidenses desde a expansão do país para o Oeste, políticas relacionadas à Guerra Fria, e o atual contexto pós 11 de setembro de 2001. É claro que não pode ser considerada a única explicação para estes eventos, porém é importante considerar este pensamento para compreendermos melhor o funcionamento da política externa estadunidense.

[9] Natural do estado de Nova Jersey, e eleito pelo Partido Democrata, Wilson governou os EUA de 1913 a 1921.

democracia e liberdade para todo o mundo servia apenas como argumento para combater regimes e insurreições com viés de esquerda (considerados por ele como totalitários). Observamos que a Doutrina Reagan não se volta contra ditaduras de direita que restringiam a liberdade e a democracia no Terceiro Mundo. Ao contrário, Reagan apoiou ações visando à derrota de governos de esquerda por grupos de direita favoráveis a um regime ditatorial, como foi o caso da Nicarágua

A Doutrina Reagan, prezou pela presença dos EUA no Terceiro Mundo, mas com uma diferença em relação a momentos anteriores: a prioridade não era a de enviar tropas estadunidenses para os países periféricos, mas sim, a de fomentar a luta dentro dos próprios países, apoiando e financiando governos de direita ou grupos de oposição aos regimes de esquerda já existentes nos países em questão. Aqui, mais uma vez, nota-se que o "fantasma" do Vietnã pairou durante alguns anos nas decisões militares do país e teve enorme peso na política, principalmente, quanto ao cuidado para se evitar um fracasso como o do Vietnã.

As ofensivas militares contra a esquerda nos países periféricos e para garantir o controle de regiões estratégicas para o comércio de petróleo no Oriente Médio podem ser consideradas características centrais da política externa de Ronald Reagan. Foi dessa forma que a doutrina Reagan atuou no exterior. Cabe-nos enfatizar de que modo essa política foi implementada por ele e como as principais intervenções militares encabeçadas pelos EUA se desenrolaram.

3.1 De Reagan a Gorbachev: *Nova Guerra Fria* e os acordos de desarmamento com a URSS

A Guerra Fria, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, viveu momentos tensos nos anos 1980. Ao olharmos para a década de 1970, temos a impressão de que a Guerra Fria continuava, mas pelo advento da "détente", de forma mais amena que no auge do embate entre EUA e URSS, durante a década de 1950. No entanto, ao observarmos o desenrolar da Guerra Fria durante a década de 1980, percebemos o retorno das principais bandeiras do auge do conflito, como o exacerbado anticomunismo, uma política bastante militarista e as trocas de acusações entre as nações (pelo menos até a ascensão de Gorbachev).

Segundo Thomas McCormick (1995), a bandeira da Guerra Fria já havia sido

desfraldada em fins do governo de Carter nos últimos anos da década de 1970. Os motivos que fizeram esse embate ressurgir estão relacionados à sua política que via na ocupação soviética no Afeganistão uma tentativa de expansão da URSS, e também por acusações aos soviéticos como forma de denunciar a violação dos direitos humanos naquele país.

No entanto, quem deu corpo à chamada "Nova Guerra Fria" foi o governo de Ronald Reagan, que introduziu um discurso militarista e uma política ofensiva em relação aos soviéticos. Em grande parte, essa política foi, como já afirmamos, uma forma de recuperar o prestígio e o poder dos EUA na política internacional, após a derrota do país na guerra do Vietnã. Para Eric Hobsbawm, não podemos compreender o contexto da década de 1980 sem observar a questão do Vietnã, pois, de acordo com ele,

> [...] a política de Ronald Reagan, eleito para a presidência em 1980, só pode ser explicada como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar [...] (HOBSBAWM, 1995: 244).

O autor aponta esta como a única explicação para a retomada da Guerra Fria. Concordamos com ele, no que diz respeito à existência do motivo, mas acreditamos que existem questões muito mais amplas do que a apontada pelo mesmo:

> A cruzada contra o "Império do Mal" a que – pelo menos em público – o governo do presidente Reagan dedicou suas energias destinava-se assim a agir mais como uma terapia para os EUA do que uma tentativa de reestabelecer o equilíbrio de poder mundial. (HOBSBAWM, 1995: 245).

O governo Reagan precisava mostrar à sociedade estadunidense que o país poderia recuperar seu prestígio e lutar para manter sua hegemonia. No entanto, se ignorarmos as disputas dentro do cenário mundial, vendo-as apenas como formas de compensação interna, deixaremos de lado o fato de que essa luta pela hegemonia dos EUA realmente existiu durante a *Era Reagan*, sendo esta uma opção do governo estadunidense, colocada em prática no jogo político das nações. As intervenções militares na América Latina e Oriente Médio exemplificam a realidade dessa luta e não apenas demonstrações de poder militar, já que havia objetivos concretos em se retomar a Guerra Fria.

Na realidade, se olharmos a situação a partir da perspectiva do sistema-mundo, veremos que a alternativa da militarização responde a diversos interesses pretendidos pelo governo de Reagan no campo econômico, no da política interna, no de se fortalecer na política externa e até mesmo no objetivo mais óbvio e, às vezes, esquecido, o de intimidar os soviéticos.

No que diz respeito à questão econômica, McCormick (1995) afirma que a área militar foi a escolha de Reagan para investimentos, com o objetivo de sair da crise. Seria uma espécie de setor chave que entraria em atividade e aos poucos iria ativando outros setores. No entanto, a alternativa não funcionou, pois a economia estadunidense se afundou mais em dívidas, o orçamento militar ultrapassou os limites financeiros do país e os demais setores da economia permaneceram travados. Houve um fenômeno contraditório: aumento dos lucros, sem aumento da produtividade. Apenas o setor militar foi alavancado e o subsídio às indústrias militares gerava lucros que atraiam o capital antes voltado para o setor civil de produção.

No campo político, Reagan teria uma compensação doméstica ao optar pela questão militar. Reagan detestava a URSS, se negava a dialogar com os governantes soviéticos e em seus discursos sempre chamava a atenção para o "perigo" que o "Império do Mal" representava. Ao utilizar um discurso que pregava a necessidade de se combater este "Império do Mal", Reagan conseguiu convencer o Congresso – às vezes até utilizando pressões ou intimidações, como já afirmamos – a aprovar cada vez mais recursos para os gastos militares (MCORMICK, 1995). Além disso, demonstrava para a opinião pública que os EUA haviam se recuperado do trauma do Vietnã.

Em adição, a retomada da corrida armamentista visava alcançar a superioridade estratégica sobre a URSS. Ao contrário do que afirmou Hobsbawm (1995), havia a preocupação de conquistar uma posição de superioridade tecnológica em armamentos que permitisse uma folga para aceitar negociações com a URSS. Além disso, conforme aponta Paulo Fagundes Vizentini (2004), para os EUA, essa superioridade iria forçar a URSS a aumentar seus gastos com armamentos, o que provocaria um abalo na economia soviética. A percepção de que a URSS estava com sua economia em crise profunda foi fundamental no empreendimento estadunidense.

Durante os primeiros anos do governo Reagan, especificamente até 1985, a relação entre URSS e EUA se manteve tensa. Ele realizou diversas pressões sobre os

soviéticos, incluindo as ofensivas militares em países periféricos. Aliás, para Walter LaFeber, toda a política externa de Reagan foi observada partindo da constatação do conflito entre as duas superpotências. Os seus assessores e conselheiros, alguns como Willian Clark, conselheiro do National Security Council, não possuíam muitas experiências com política externa e geralmente não discordavam da decisão de Reagan de se impor sobre a URSS por meio da superioridade bélica.

Além da pressão militar, os EUA se utilizaram de embargos econômicos para afetar a URSS. Estes embargos geravam uma contradição imensa na política de Reagan. O presidente havia prometido, nas eleições, não intervir no mercado e no comércio internacional, pois de acordo com a sua noção de livre-mercado – defendida também por toda direita estadunidense –, o comércio se autorregularia sem a intervenção do Estado. A partir dessa perspectiva, muitos acreditavam que ele não iria impor restrições a esse mercado. Entretanto, essa promessa cai por terra em 1981, quando, após a Polônia impor a lei marcial, os EUA interromperam o fornecimento de alimentos para o país (LAFEBER, 1994).

Reagan caiu em contradição novamente, ao não permitir que os EUA fornecessem alta tecnologia em extração de petróleo e gás aos países associados à URSS. No entanto, seus aliados na Europa e o Japão continuaram o fornecimento, alegando que, apesar de tudo, era muito mais seguro negociar o petróleo com os soviéticos do que com o explosivo mercado do Oriente Médio. Reagan então tentou pressionar esses países por meio da intervenção em suas políticas domésticas, o que gerou uma reação furiosa de seus aliados e um posterior recuo da posição dos EUA (LAFEBER, 1994).

Enfim, no plano externo, apesar do vai e vem de Reagan, seu governo de livre mercado e não intervenção no jogo econômico não possuiu grande efetividade. Se observarmos a questão dos subsídios militares, notaremos também que havia um hiato entre o seu discurso do laissez-faire e a prática política e econômica. Visto que a intervenção do governo, no que diz respeito aos incentivos à indústria militar, afetou o andamento da economia estadunidense de forma decisiva.

O que se busca enfatizar com isso é que uma política de livre-mercado, ancorada no *laissez-faire*, geralmente se estabelece de forma plena muito mais no campo do discurso do que na prática da política econômica, já que esta conta com uma presença oscilante da atuação do estado em vários momentos, principalmente

em setores estratégicos.

Uma das maiores insistências dos EUA, no aspecto militar, e que demandou investimentos colossais foi o SDI (Strategic Defense Initiative), apelidado e conhecido como "Star Wars". O projeto tinha o objetivo de construir um escudo antimísseis, monitorado por satélite, capaz de defender os EUA e seus aliados de possíveis ataques soviéticos. Os críticos de Reagan apontavam o alto custo do projeto – US$ 1 trilhão – como um fator que agravaria o problema econômico e perpetuaria a não competitividade dos EUA no mercado mundial.

Além disso, analistas da área militar criticavam que o "Star Wars" poderia disparar o gatilho da corrida armamentista, ao invés de obter a almejada superioridade que Reagan perseguia. Para eles, a força de um escudo militar poderia fazer com que a URSS desenvolvesse uma forma de burlar o escudo por meio de múltiplos ataques, o que desencadearia uma guerra nuclear. LaFeber (1994) aponta que os "Reaganites" [10] falavam de forma frívola de uma guerra nuclear, banalizando algo considerado muito grave e perigoso.

Em contrapartida, o SDI era visto como uma solução militar para os próprios problemas econômicos e para apaziguar a opinião pública no plano interno. Segundo Thomas McCormick (1995), a administração Reagan tinha o objetivo de estabilizar a corrida armamentista através do SDI. Para o governante, uma política que muitos achavam ser o estopim para a nova corrida armamentista, geraria um controle sobre as ações militares da URSS, que permitiria a manutenção do intuito estadunidense de patrulhar a segurança mundial, sem se preocupar em forçar novos investimentos no setor militar. A existência do sistema defensivo ao invés de um ofensivo faria toda a diferença, neutralizando a ação soviética, os EUA poderiam finalizar a corrida nuclear que não seria sustentada por muito tempo pelo país.

Caso funcionasse, o "Star Wars" colocaria os EUA em posição estratégica superior à URSS. Contudo, mesmo que enfrentasse diretamente os soviéticos, em caso de conflito bélico em solo europeu, ainda assim os EUA supunham que se encontrariam em superioridade, pois imaginavam possuir condições suficientes para conter e até derrotar o Exército Vermelho (MCORMICK, 1995). Conforme já

[10] Como eram chamados os membros da direita conservadora, os "neocons", seguidores e defensores das políticas de Reagan.

afirmamos, essa ideia somente foi possível a partir da percepção de que a URSS estava passando por sérios problemas.

Ainda no que diz respeito à relação dos EUA com a URSS, devemos nos atentar para as negociações acerca dos mísseis de alcance intermediário. Durante o período da Guerra Fria, os EUA instalaram bases de lançamento de mísseis em diversos locais do globo. Ambos os lados possuíam bases instaladas em território europeu e durante a década de 1980 Reagan instalou mísseis de alcance intermediário na Alemanha. No entanto, os próprios europeus se viam numa situação complicada, visto que ao mesmo tempo em que eram aliados e protegidos pelas políticas militares dos EUA, eles viam a política estadunidense empurrar o foco do conflito para a Europa, o que transformaria o continente em campo de batalha (MCORMICK, 1995).

A posição geográfica dos EUA em relação à URSS asseguraria que a Europa seria um campo de batalha neutro, ou seja, oferecendo menos risco ao país, mas transformando-a num grande "cemitério", em caso de um futuro conflito nuclear. Para os EUA, qualquer resultado obtido pelo "Star Wars" seria uma vitória, pois se os soviéticos não reagissem à instalação dos mísseis, haveria superioridade política aos EUA, caso reagissem, de toda forma, teriam mísseis voltados para as cidades soviéticas que alcançariam seus destinos em minutos.

Essa intensa militarização, somada a eventos como o abatimento de um avião de passageiros sul-coreano, que sobrevoava o território soviético[11], fez com que ambos os países chegassem a um nível de tensão comparado apenas com os dos anos de ápice da Guerra Fria, em fins dos anos 1940 e início dos1950. Chegou-se a um ponto em que ambas as nações temiam por precipitações que gerariam um confronto de fato entre os países.

A partir desse momento, em especial na segunda metade da década de 1980, os EUA e a URSS decidiram optar por atitudes mais cautelosas. Reagan amenizou seu discurso e aceitou iniciar rodadas de negociações. Por outro lado, uma mudança decisiva ocorreu do lado soviético.

[11] Em setembro de 1983, os soviéticos abateram o avião de passageiros South Korea 007, tal abatimento matou 269 pessoas, incluindo alguns americanos a bordo. Os soviéticos alegaram que o avião havia desviado muito sua rota, e que ele fazia parte de uma missão estadunidense para observar instalações militares da URSS. Reagan rebateu, dizendo que não havia nenhuma missão para aquele avião, e mesmo que houvesse os soviéticos não possuíam o direito de abrir fogo contra um avião civil.

A ascensão do político soviético Mikhail Gorbachev representou a virada nas relações entre EUA e URSS. Sua chegada ao poder, em 1985, foi fundamental para mudar a perspectiva e alterar completamente o jogo político da Guerra Fria, após 40 anos de embates.

Mikhail Gorbachev liderou a URSS a partir de 1985, após o país perder dois líderes – Yuri Andropov e KonstantinTchernenko – depois da morte de Leonid Brejnev em 1982. Gorbachev foi o primeiro líder soviético que não possuía conexão direta com o passado revolucionário (MCORMICK, 1995). Ele foi bastante lúcido em enxergar o engessamento político e econômico pelo qual a União Soviética estava passando.

No campo econômico, a URSS encontrava-se em um abismo. Sua economia altamente controlada, os gastos militares nas décadas anteriores, a ausência de um comércio significativo, uma baixíssima produtividade nacional das indústrias e das terras gerou dois problemas gravíssimos: (1) a estagnação econômica, com um grande atraso tecnológico em relação ao Ocidente e uma deficiência no setor de bens de consumo; (2) uma elite dentro de uma sociedade que se propunha igualitária, a qual fazia parte de uma extensa burocracia estatal, um mecanismo encontrado para ascender socialmente na URSS. A esse problema Gorbachev buscou uma saída na criação da Perestróica.

A Perestróica representava a abertura econômica da URSS, uma forma de injetar fôlego para recuperar a estilhaçada economia soviética. Gorbachev abriu o mercado soviético para investimentos externos e procurou fechar acordos comerciais com outras potências Européias.

Politicamente, os soviéticos chegaram a um patamar em que a dinâmica interna era prejudicada pela ausência do debate político e a perpetuação de uma sociedade fechada e sem acesso para diferentes pontos de vista. Neste aspecto, Gorbachev elaborou e implantou a Glasnost, que significava transparência. A Glasnost serviu para devolver vitalidade política ao, até então, debate unilateral na URSS, buscando de forma controlada, abri-la para uma maior democratização no aspecto político (MCORMICK, 1995).

Ambos os problemas geraram corrupção e criminalidade. Os cargos no governo – no caso da URSS controlado pelo Partido – se tornaram moeda de troca e um objetivo de vida para muitos soviéticos. Quem tinha acesso a esses cargos, poderia alcançar privilégios inacessíveis para os demais cidadãos soviéticos. Além

disso, existia um mercado negro e ilegal que possibilitava alguns soviéticos de terem acesso a bens contrabandeados de outros países, ou que demorariam muito para chegar às mãos da população, caso fossem requeridos pelos meios normais, excessivamente burocráticos.

Nesta perspectiva de abertura, no que diz respeito à questão militar, a relação EUA – URSS sofreu uma virada logo após a ascensão de Gorbachev ao poder. Primeiramente, Gorbachev teve a percepção de que os Estados Unidos não estavam vivendo um bom momento economicamente (LAFEBER, 1994), o que poderia ser fundamental para colocar fim na corrida armamentista e, por consequência, reduzir os gastos militares soviéticos.

O que se dá a partir daí é uma série de reuniões de cúpula, nas quais Gorbachev e Reagan rompem com as quatro décadas de tensões entre as nações. A princípio, a preocupação de Gorbachev era com a questão dos mísseis de alcance intermediário e com o SDI. No entanto, Reagan permaneceu irredutível no que diz respeito ao "Star Wars". Na reunião de cúpula de Reiqueavique, na Islândia, em 1986, Reagan foi surpreendido com a proposta apresentada por Gorbachev. O líder soviético propôs a redução de 50% nos armamentos nucleares de ambas as superpotências em cinco anos, em troca da desistência do SDI por parte dos EUA. De acordo com McCormick, a proposta foi realmente surpreendente para a Reagan e sua equipe. Mas Reagan permaneceu irredutível com relação ao "Star Wars" (LAFEBER, 1994).

No entanto, a proposta de Gorbachev surpreendeu Reagan, que, em 1986, via o retorno de uma maioria democrata no congresso e o surgimento de um contexto pró-desarmamento. Desarmar os mísseis na Europa seria uma forma de contenção de gastos para Reagan, o que permitiria maiores investimentos na Strategic Defense Initiative (MCORMICK, 1995).

Um grande passo à frente no relacionamento entre os dois países se deu em 1987, na cúpula de Washington. Sem tocar no SDI, Reagan e Gorbachev concordaram em eliminar os mísseis de curto e médio alcance do território europeu, assinando o tratado de Mísseis de Alcance Intermediário, IMF (Intermediate-Range Missile Force). A eliminação de uma categoria inteira de mísseis teve um impacto político importante. Para os EUA, fortaleceu o discurso de que o programa SDI auxiliou a redução dos riscos na Europa. Para os soviéticos, o tratado teve um enorme significado, já que abriria caminho para os esforços de Gorbachev em restaurar a

economia soviética por liberar recursos para os investimentos econômicos.

Fundamental para esse acordo foi a adoção, por parte de Gorbachev, da "opção zero", ou seja, de não avançar na corrida armamentista e desativar mísseis já existentes. Isso gerou um grande impacto para as relações entre EUA e URSS. Para os soviéticos, era a afirmação de que o país se retirava do posto de superpotência militar, fundamental para a liberação de recursos em uma URSS economicamente debilitada, o que, para os estadunidenses, representava o recuo com a SDI. Essa atitude de Gorbachev forçava os EUA a também se retirarem da corrida armamentista, gerando uma "dupla opção zero", isto é, o recuo militar de ambas as partes, que culminou no IMF (LAFEBER, 1994: 233).

McCormick nota uma percepção bastante perspicaz de Gorbachev para desistir de colocar o SDI na pauta de acordos com os EUA. Ele apostou que a direita estadunidense não iria obter êxito em implantar o SDI a tempo. A chegada de uma maioria de democratas no congresso fez com que os conservadores não obtivessem uma base de apoio suficiente para a implantação do programa. Além disso, o SDI já havia gerado constrangimentos econômicos e dúvidas sobre sua efetividade. Gorbachev acertou em sua aposta de que os EUA não conseguiriam colocar o projeto em prática antes das eleições; e quem quer que fosse o sucessor de Reagan não insistiria na ideia.

A partir daí iniciava um momento de uma "Nova Détente" na Guerra Fria, colocando abaixo a política militarista de Reagan aos poucos, pressionada também pelas perdas econômicas. O recuo da URSS no Afeganistão, em troca de um proporcional recuo dos EUA e o apoio das duas superpotências à decisão da ONU de cessar-fogo nos oito anos de Guerra do Irã-Iraque demonstraram uma melhora na relação EUA – URSS e um gradual esfriamento das disputas.

3.2 O Barril de Pólvora: EUA e o Oriente Médio – (Afeganistão e a Guerra Irã-Iraque).

Cabe-nos atentar para um importante foco da política externa de Reagan, o Oriente Médio, com uma análise das questões do Afeganistão e da Guerra Irã-Iraque. O caso do Afeganistão, intimamente ligado à disputa com a URSS e a Guerra Irã-Iraque, se relaciona com o interesse dos EUA em uma área petrolífera de grande

interesse estratégico para o país e de combate a um antiamericanismo promovido pelo fundamentalismo islâmico.

Sublinhamos desde já que eles não foram os dois únicos conflitos, nos quais os EUA se envolveram na região. Poderíamos citar também o acirramento dos conflitos entre israelenses e palestinos, a questão da Líbia, do Egito. No entanto, a análise seria demasiadamente extensa, principalmente, no que diz respeito ao primeiro problema (israelenses e palestinos).

O problema com o Afeganistão inicia-se ainda em fins do governo Carter, quando os soviéticos ocuparam o país e os EUA responderam com o apoio aos rebeldes islâmicos. Para LaFeber, o Afeganistão foi uma nação chave da Doutrina Reagan e, talvez, onde a doutrina atingiu o maior sucesso (LAFEBER, 1994)

O fomento à guerra no Afeganistão se dava por intermédio do suporte militar e financeiro para os Mujahedin[12]. Esse apoio possibilitou um avanço significativo dos rebeldes, de forma que 115.000 soldados soviéticos não conseguiam ter o controle sobre o país. Em 1987, mais de 40.000 soviéticos já haviam sido mortos nas mãos dos rebeldes Mujahedin (LAFEBER, 1994).

Gorbachev havia apoiado a invasão quando ela ocorreu, no entanto, quando assumiu o comando da URSS, percebeu que o conflito estava sugando os recursos necessários para as reformas que ele almejava. Em 1988, ele resolveu retirar as tropas soviéticas, mas manter um regime pró-soviético no país.

Muito mais complicado e com sérias consequências para a administração Reagan foi a atuação do país em relação ao Irã. Em fins da década de 1970, vários grupos iranianos combatiam a ditadura liderada pelo Xá Reza Pahlev, no entanto, após a sua derrubada e a ocorrência de lutas pela sucessão do governo, os fundamentalistas islâmicos de vertente xiita, chegaram ao poder, liderados pelo Aiatolá Khomeini, realizando a Revolução Iraniana. Os fundamentalistas contrariavam os interesses estadunidenses com a obstinada rejeição dos valores ocidentais. Além disso, elegeram os EUA como o principal inimigo do Islã. Paulo Fagundes Vizentini (2004) aponta que a Revolução Iraniana foi a que mais afetou as estratégias dos EUA no Oriente Médio.

Em 1980, o governo muçulmano de tendência sunita do Iraque atacou o Irã liderado pelo xiita Khomeini. Os EUA eram claramente mais simpáticos aos iraquianos,

[12] Nome dado àquele guerreiro que luta em nome e em defesa do Islã.

no entanto, adotaram a neutralidade estratégica no conflito Irã-Iraque. Os países possuíam um equilíbrio militar e Reagan tinha a consciência que nenhum dos dois lados poderia derrotar o outro. Entretanto, apesar da neutralidade adotada, Reagan procurou auxiliar os dois lados para manter o equilíbrio de poder na região[13]. Ele esperava que o Irã afundasse sua economia com a guerra, mas possuía a esperança de que após a morte de Khomeini, o país teria um líder que possibilitasse a reaproximação com os EUA. Além disso, manter o duplo auxílio impediria os soviéticos de apoiarem um dos dois lados (LAFEBER, 1994).

Todavia, essa questão do Irã era um problema da política externa que após decisões secretas da administração Reagan, se tornou um problema interno e gerou um constrangimento para o governo com o chamado escândalo Irã – Contras. Em seu discurso, Reagan sempre declarava que não se intimidava pela ação de terroristas, condenando a ação de Carter em 1979, que negociou com os iranianos para a libertação de reféns estadunidenses. No entanto, em 1985, terroristas iranianos fizeram vários estadunidenses como reféns, incluindo membros da CIA e do Departamento de Estado. A administração Reagan negociou secretamente a venda de armamentos dos EUA para o Irã, realizada pela intermediação de Israel. Várias transações envolvendo mísseis foram realizadas, mas os resultados foram pífios e após 14 meses, os EUA tiveram reféns libertados, mas outros estadunidenses logo eram feitos reféns.

Em novembro de 1986, um jornal libanês revelou o esquema de comércio. Não bastasse isso, nos EUA, o procurador geral Edwin Meese revelou a descoberta do destino do dinheiro obtido com a venda das armas: o auxílio ao CONTRAS, na Nicarágua, um grupo paramilitar de direita montado com o auxilio dos EUA para o combate aos Sandinistas (grupo que discutiremos mais adiante). A ajuda não seria problema se, em 1984, o congresso não houvesse proibido o auxílio ao referido grupo (LAFEBER, 1994: 728).

O problema externo, então, volta-se para dentro do país, e gerou o que se chamou de escândalo Irã-CONTRAS. Em 1987, instauraram-se comissões de investigação no Congresso e na Casa Branca, com sessões televisionadas para todo o país. Chegou-se a conclusão de que um dos diretores da CIA, William Casey, foi

[13] No caso do Irã, essa ajuda se dava de forma oculta, clandestina. (MCCORMICK, 1995: 223)

quem elaborou o esquema agindo em missões secretas, comandadas pelo Tenente Coronel Oliver North, um dos conselheiros do National Security Council.

Casey morreu de um tumor no cérebro meses antes de testemunhar, North negou a participação do presidente no esquema e este também negou sua atuação, mas o escândalo manchou a imagem de Reagan (LAFEBER, 1994). Contudo, a guerra Irã-Iraque prosseguia e os Estados Unidos deram um fim à sua "neutralidade", quando o Irã ameaçou o Kuait, um dos maiores produtores de petróleo do Oriente Médio. Este era pró-Iraque e os EUA interferiram com o objetivo de manter aberto o caminho do petróleo kuaitiano para o Golfo Pérsico, mas não imaginava a dificuldade para conseguir proteger os navios petroleiros do Kuait e derrotar o Irã. Essa ação demandou 41 navios de combate estadunidenses e o gasto de 10 milhões de dólares por dia de guerra, para manter aberto o caminho do petróleo do Kuait, como aponta LaFeber.

A política estadunidense em relação ao Oriente Médio, ainda demandou outros esforços, conforme já afirmamos. No entanto, aqui debatemos apenas estas duas questões, como forma de exemplificar a política para o Oriente Médio, já que são de suma importância no contexto dos EUA naquele momento.

3.3 O controle da vizinhança: Política Externa dos EUA na América Latina (Nicarágua e El Salvador)

Um enfoque bastante importante da política externa de Reagan em seus aspectos militares se desenvolve na América Latina. A atuação dos EUA na região foi um dos principais enfoques da atuação da Doutrina Reagan e seu intuito de combater a esquerda nos países periféricos, principalmente, nos casos da Nicarágua e El Salvador, duas prioridades dos objetivos *democráticos universais* de Reagan.

Conforme já debatemos, a Nicarágua foi objeto de investigação no escândalo Irã-CONTRAS. No entanto, o debate acerca da intervenção estadunidense no país iniciou muito antes. A Nicarágua era um dos focos centrais da doutrina Reagan. A luta de Reagan era para derrubar o governo, no poder desde 1979, quando o movimento, do qual os sandinistas eram os principais protagonistas, depôs a ditadura de Somoza. Os Sandinistas pretendiam realizar reformas estruturais na política e economia, incluindo a ideia de afastar os EUA da intervenção em assuntos internos ao país.

O governo Reagan financiou o CONTRAS, cujos membros foram treinados na Flórida. Essas operações de treinamento consumiram US$19 milhões do orçamento da CIA e muitos dos líderes do CONTRAS eram remanescentes da ditadura somozista. Reagan tratava-os como heróis, mas segundo LaFeber (1994), denúncias do jornal *Boston Globe* revelaram que o grupo chamado de "freedom-fighters" pelos "Reaganites", na realidade, destruíam infraestruturas na área da saúde nicaraguense e matavam mulheres e crianças em suas ações.

A questão foi bastante debatida no interior da administração Reagan, muitos analistas, principalmente no Departamento de Estado achavam que seria menos dispendioso e mais eficiente se os EUA controlassem o poder dos Sandinistas por meio de negociações diplomáticas. Mas, a CIA, o Pentágono e setores civis na Casa Branca eram favoráveis a uma escalada militar.

Após muito debate e o aumento do auxílio financeiro ao CONTRAS, a CIA assumiu a questão e mobilizou ações para minar a infraestrutura portuária e aeroportuária da Nicarágua. Assim, o Congresso respondeu com a proibição do envio de ajuda ao CONTRAS (LAFEBER, 1994). Naquele momento, pesou a questão econômica e a ineficácia em realmente manter o controle político na Nicarágua.

O CONTRAS foi contido pelos Sandinistas nos campos da Guatemala. Após isso, se realizaram eleições democráticas em 1984, levando ao poder o sandinista Daniel Ortega. Este endureceu sua política, implantando a Lei Marcial e fazendo 4.000 prisioneiros políticos.

Sem um rumo claro a ser tomado, Reagan continuou a pressionar o Congresso por ajuda ao CONTRAS e, após não obter o apoio político para essa finalidade, recorreu à negociação secreta de armas com o IRÃ, como forma de conseguir recursos para financiar seus aliados na Guatemala. Essa operação acabou desembocando no escândalo Irã-CONTRAS, conforme observamos anteriormente.

Mesmo com uma iniciativa de paz, em 1987, encabeçada por Oscar Arias Sanches, presidente da Costa Rica, Reagan e seus aliados ainda insistiam na manutenção de tropas lutando contra os sandinistas. A proposta de paz envolvia quatro itens importantes: cessar-fogo na região, o corte da ajuda externa às forças rebeldes, o compromisso das nações de se mobilizarem em torno de um pluralismo político e os diálogos e negociações entre governos e rebeldes, especialmente, na Nicarágua e El Salvador, que também foi uma das principais questões na política

externa dos EUA.

El Salvador viveu sob o fogo da guerrilha de esquerda da FMLN[14] e de esquadrões da morte de direita. Reagan e seus aliados imaginaram que liquidariam com facilidade o enfraquecido movimento de esquerda, parcialmente financiado pelos soviéticos. Washington via em El Salvador uma oportunidade de demonstrar seu poder para os soviéticos. No entanto, após o investimento dos EUA no treinamento de salvadorenhos, essa política parecia começar a naufragar. O número de focos da guerrilha havia se multiplicado.

A aproximação estadunidense fez apressar as eleições, que levou ao poder facções dos esquadrões da morte de direita, por meio de um pleito fraudulento que foi cancelado e refeito em 1984, supervisionadas pelos EUA e com o investimento de US$1,5 milhão dos fundos da CIA. O governo estadunidense trouxe um nome próximo aos salvadorenhos, e simpático aos EUA, José Napoléon Duarte (LAFEBER, 1994).

Duarte se esforçou para segurar a economia do país e iniciou reformas com a distribuição de terras aos camponeses, que logo foi barrada, quando os beneficiários desse programa começaram a ser mortos pelos "esquadrões da morte". A FMLN desencadeou uma série de atentados após perder terreno pela entrada de armamentos estadunidenses no país. Duarte perdeu o controle da situação, a guerra se intensificou, e os grupos de direita ligados aos esquadrões da morte venceram as eleições de 1988, aumentando a matança em El Salvador, agora sem a presença dos EUA, mas com a proposta de paz feita por Oscar Arias Sanches.

A presença dos EUA na América Latina serviu para que Reagan demonstrasse claramente as intenções do país, em relação à região, para o restante do mundo, tal ação possuía importância estratégica fundamental. Observa-se que, para ele, era imprescindível que a difusão dos ideais da democracia estadunidense começasse pelos vizinhos dos EUA.

4. Conclusão

Ao refletirmos acerca do período, nos chama atenção, o modo como o mesmo dialoga com toda a política estadunidense subsequente à Era Reagan. Tanto no

[14] FMLN é uma frente de esquerda surgida da junção de vários movimentos da esquerda salvadorenha na década de 1970. A sigla significa *Farabundo Martí para la Liberación Nacional*, em homenagem a Farrabundo Martí, o fundador do Partido Comunista Salvadorenho, morto em 1932.

âmbito militar – no qual a figura do inimigo árabe se consolida no cenário da política externa dos EUA, durante a década de 1990, e se torna a grande preocupação no pós-11 de setembro de 2001 – quanto na reprodução de discursos que incorporam aspectos de um conservadorismo muito próximo ao de Reagan. Tal forma de conservadorismo se fortaleceu na primeira década do século XXI, principalmente no interior do Partido Republicano, com as intervenções dos EUA no Iraque e Afeganistão.

Tais perspectivas são difundidas até hoje no campo econômico. Além das questões militares, Reagan defendeu, de forma veemente, a realização de mudanças econômicas, conhecidas popularmente por "*Reaganomics"*. No campo econômico, a política de Reagan, tinha como base medidas que visavam a desregulamentação do mercado, o corte de impostos e a redução dos gastos públicos, principalmente, o corte de despesas com serviços básicos da sociedade. Nesse contexto, entrava em ação o Neoliberalismo (ANDERSON, 1995). Tal corrente dava suporte às políticas econômicas dos conservadores, tanto nos EUA quanto na Europa.

A política reaganista incorpora, desse modo, um ideal que mistura a defesa de políticas rígidas e presentes no âmbito internacional, e de esvaziamento no âmbito interno, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico.

Ainda que saibamos que a realidade é composta de uma gama imensa de contradições, que fazem com que esse ideal tenha um efeito retórico maior do que sua efetiva prática – no caso de intervenções de Reagan no âmbito econômico, como a concessão de subsídios para a indústria bélica – na realidade estadunidense,sabemos que tal discurso possui uma difusão enorme, principalmente nos meios midiáticos – muitos dos quais com interesses econômicos em jogo em tal processo – que expandem esse modelo de nação na imprensa e no entretenimento, como no caso do cinema hollywoodiano, tendo o personagem Rambo, como um dos símbolos dessa empreitada.

Tal expansão não se limita aos anos 1980. Muitos filmes, séries, programas de televisão, entre outras vias de produção de entretenimento, repercutem e difundem tais ideais, ainda hoje em várias partes do mundo. Em contextos diferentes ascendem grupos e ideias que se inspiram e difundem perspectivas semelhantes às reaganistas.

Referências Bibliográficas

AGOSTINO, Carlos Gilberto Werneck. Guerra do Vietnã e Drogas. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et. all (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX:* as grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Neoliberalismo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et. all (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*: as grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Rumo a uma nova Guerra Fria*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Record, 2003.

COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional*: as consequências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

FARNHAM, Barbara. Reagan and Gorbachev Revolution: Perceiving to End of Threat. *Political Science Quartely*. New York: Academy of Political Science v.116, n.2, p. 225-252 2001.

HALLIDAY, Fred. *Génesis de La Segunda Guerra Fria*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos:* o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFEBER, Walter. *The American Age:* United States foreign policy at home and abroad. New York: W.W. Norton & Company, 1994.

McCORMICK, Thomas J. *America's Half Century:* United States Foreign Policy in the Cold War and after. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

MUNHOZ, Sidnei. A construção do império estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo; MUNHOZ,Sidnei. *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009, p. 245-258

____.Guerra Fria: Um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio*: Uma História do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

____.Coexistência Pacífica. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX:* as grandes transformações do mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SILVA, Carlos L.B. Guerra do Vietnã. In SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX:* as grandes transformações do

mundo contemporâneo: conflitos, cultura e comportamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria*: o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre, Leitura XXI: 2004.

Recebido em: 26/03/2014

Aprovado em: 12/06/2014